

• **Constituinte**

SEGUNDO TURNO

Depois de reunião no Planalto, Medeiros crê que conquistas serão mantidas

O presidente em exercício, Ulysses Guimarães, recebeu ontem no Palácio do Planalto um grupo de cinco sindicalistas para tratar de assuntos referentes à nova Constituição. Após o encontro que durou aproximadamente duas horas, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, disse que saiu da reunião com a idéia de que todas as conquistas dos trabalhadores serão mantidas na nova Constituição, conforme informação da Radiobrás.

Segundo Medeiros, o presidente em exercício e da Constituinte, Ulysses Guimarães, convidou o grupo de sindicalistas para um encontro e almoço, ontem, para avaliar as conquistas dos trabalhadores na nova Constituição. Para o grupo, a Constituinte "é positiva, moderna, boa e faz gestos aos trabalhadores".

A única proposta nossa de supressão, na nova Carta, diz respeito às concessões de anistia fiscal e anistia aos pequenos e médios empresários, disse Medeiros.

Acordo mantém 120 dias para gestantes

por Adriana Vera e Silva de Brasília

A manutenção da licença de 120 dias para as gestantes no texto da nova Constituição foi garantida ontem em acordos fechados pelos líderes dos partidos da Assembléia Constituinte, que ontem discutiram os dispositivos do Capítulo II, que trata dos Direitos Sociais. Embora as reuniões das lideranças se tenham estendido da manhã até à noite, muitas questões polêmicas ainda vão continuar sendo examinadas hoje e outras não obtiveram acordo, devendo ser decididas pelo voto.

A perspectiva de constituintes de diferentes tendências dentro da Assembléia é de que, se ainda houver votação nesta semana, ela não irá além do Capítulo I, referente aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Os temas onde existe divergência, principalmente no tocante aos Direitos dos Trabalhadores — que estão no Capítulo II — devem ser votados apenas na semana que vem.

Ontem havia 273 constituintes no plenário às 15 horas, quando foi feita a verificação de quórum. Mesmo com um número muito próximo do mínimo exigido (280), o presidente em exercício da Constituinte, senador Mauro Benevides



Luís Roberto Ponte

(PMDB-CE), preferiu encerrar a sessão, repetindo uma atitude que lhe é constante todas as vezes em que dirige os trabalhos da Assembléia substituindo seu presidente, o deputado Ulysses Guimarães.

Os líderes já examinaram todo o capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, mas ainda estão tentando fechar acordos sobre três pontos polêmicos: o mandado de injunção (instituto pelo qual os cidadãos podem exigir o cumprimento de preceitos constitucionais, na falta de legislação complementar ou ordinária), a extensão da autoridade para emitir mandados de prisão e o privilégio sobre inventos industriais (existem emendas que ampliam esse

BB evita negociar com devedores

por Elaine Lerner de Brasília

Os constituintes estão contra a decisão do Banco do Brasil (BB) em reabrir linhas de crédito de custeio agrícola e crédito comercial e industrial somente para clientes sem débitos para com o banco. O BB estava com todas as linhas de créditos fechadas desde 29 de junho, dia em que a Assembléia Nacional Constituinte aprovou a emenda que concede anistia aos pequenos agricultores e empresários que contraíram dívidas durante o Plano Cruzado.

Desde segunda-feira, foi reaberto um crédito de CZ\$ 140 bilhões para custeio agrícola durante o mês de agosto, época em que se iniciam os preparativos para a próxima safra. As agências do BB também estão liberando recursos para crédito comercial e industrial, conforme a demanda, sem que haja um limite máximo definido, segundo informou a assessoria de imprensa do BB. Mas, os recursos só estão sendo liberados para aqueles que estão rigorosamente em dia com o banco.

O deputado José Genoíno (PT-SP), que votou contra a matéria e que espera que a emenda seja suprimida no segundo turno de votação, não poupou críticas ao BB pela decisão de só voltar a emprestar aos "bons pagadores", conforme disse ao editor Ascânio Seleme, deste jornal. Segundo Genoíno,

trata-se de "uma retaliação do governo e abre um precedente perigoso, daqui a pouco o governo começa a punir grevistas que poderão ser beneficiados pela Constituição". O líder do PMDB no Senado, Ronan Tito, (PMDB-MG), acredita que o governo poderá "penalizar a torto e a direito e vai ser um deus nos acuda", opinião compartilhada pelo senador pemedebista Mansueto de Lavor (PE), um dos autores da emenda. Ele considera que "o presidente do BB está fazendo um favor ao não conceder créditos com juros de 30% ao mês". Para o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), a atitude do Banco do Brasil "condena o produtor a não ter crédito, não lhe permitindo continuar na atividade produtiva".

Apesar das críticas, o Banco do Brasil mantém seu firme propósito de não voltar a emprestar aos inadimplentes. Responsável por 80% do crédito rural no País, o BB prevê que a emenda da anistia poderá provocar um prejuízo próximo aos CZ\$ 128 bilhões do ônus total do sistema financeiro calculado em CZ\$ 377 bilhões. Segundo Berard, o BB possui, hoje 2 milhões de contratos, sendo 1,3 milhão no setor rural e 700 mil empresários urbanos. Com o início da discussão do cancelamento dos débitos contraídos durante o Plano Cruzado, a inadimplência normal de 3,5% subiu, já em abril, para 12%, índice recorde desde 1974.

privilégio para qualquer tipo de invento).

A estabilidade para os trabalhadores deverá ser mantida, mas existem pelo

menos três emendas sobre esse tema (que está no inciso I do artigo 7) onde não há acordo. Elas serão postas em votação.

O deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), um dos líderes do grupo conservador "Centrao" enumerou alguns pontos dos Direitos

dos Trabalhadores onde não há acordo: o piso salarial proporcional, a jornada de 44 horas de trabalho semanais e a jornada de seis horas diárias de trabalho nos locais de funcionamento ininterrupto, o pagamento das horas extra em no mínimo 50%, a mais em relação à hora normal, a remuneração das férias em um terço a mais do que o salário normal, a licença-paternidade de oito dias, o aviso prévio de trinta dias, o adicional de insalubridade, o prazo para a prescrição de ações trabalhistas, o direito de greve e a organização dos sindicatos, incluindo a proibição da demissão de dirigentes sindicais.

Hoje uma subcomissão de líderes partidários vai-se reunir pela manhã para discutir especialmente a jornada de seis horas. "Temos uma proposta de acordo que estipula uma jornada de quarenta horas semanais nos locais onde há turno de revezamento", explicou Ponte.

Ontem à tarde, cerca de cem sindicalistas presentes ao Congresso Nacional protestaram contra a supressão do teto de seis horas para os turnos de revezamento. Segundo constituintes dos partidos de esquerda e do PMDB, só pode ser aceita para acordo a supressão do termo "máxima" neste artigo.

Agenda

ONTEM

• **ACORDOS** — Os líderes partidários discutiram durante todo o dia para fechar acordos sobre os temas polêmicos referentes aos direitos sociais, incluindo as relações de trabalho. Os avanços foram pequenos e não houve votação.

HOJE

• **SEIS HORAS** — A negociação entre os líderes dos partidos da Assembléia Nacional Constituinte começa pela manhã. Um grupo de lideranças vai discutir especialmente a questão da jornada de seis horas diárias.